



# Recurso contra Benfica adia julgamento do e-Toupeira

Tribunal da Relação de Lisboa ainda não decidiu sobre pedido do Ministério Público para levar a julgamento SAD encarnada e funcionário judicial

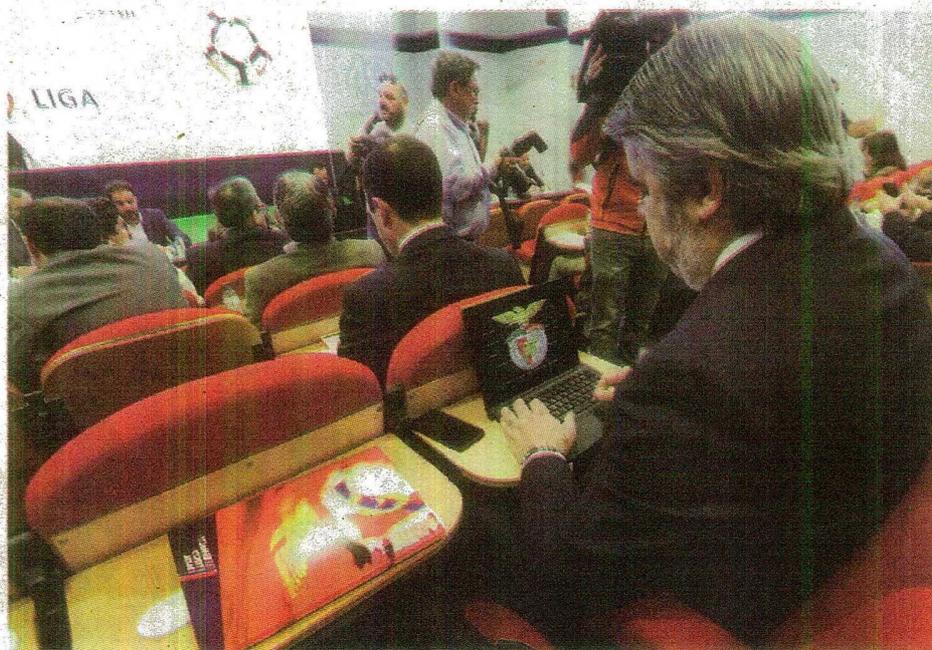
**Alexandre Panda**  
alexandre.panda@jn.pt

**E-TOUPEIRA** O Tribunal da Relação de Lisboa ainda não decidiu se a SAD do Benfica e o funcionário judicial de Guimarães Júlio Loureiro devem sentar-se no banco dos réus para responder por crimes de corrupção. O julgamento, que estava marcado para o próximo dia 25, foi assim adiado, sem data.

A juíza de instrução criminal Ana Peres tinha decidido levar a julgamento apenas Paulo Gonçalves, o ex-assessor jurídico das águias, e José Augusto Silva, o funcionário judicial, acusado de ter ele a "toupeira" que acedia ao sistema informático do Ministério da Justiça, para obter informações sobre processos em segredo de justiça.

Mas para o procurador da República Valter Lemos, a SAD do Benfica beneficiou das informações obtidas por Paulo Gonçalves, através da "toupeira", que tinha a cumplicidade de Júlio Loureiro, o outro funcionário judicial e antigo observador de árbitros.

Foi em dezembro do ano passado que a juíza Ana Peres ilibou a SAD do Benfica de 30 crimes de corrupção ativa, de



Paulo Gonçalves está acusado de corrupção, entre outros 29 crimes

oferta ou recebimento indevido de vantagem e 28 ilícitos de falsidade informática. Para a juíza "não há factos [na acusação] que descrevam as circunstâncias em que a Benfica SAD acordou com os arguidos José Silva e Júlio Loureiro o acesso a processos pendentes, a troco de convites para jogos e produtos de merchandising". Sem essa descrição precisa, a magistrada decidiu afastar o Benfica e Júlio Loureiro do processo.

No entanto, Ana Peres

## ESPIONAGEM

# 600

**acessos ilegais** foram detetados pelo Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça a processos ligados ao futebol que estavam no Citius Destes, a maioria foi feita por José Silva.

considerou existirem indícios suficientemente fortes de corrupção, violação do segredo de justiça, violação do segredo de sigilo, acesso indevido e peculato, invocados pelo MP contra o ex-assessor jurídico do Benfica e o funcionário judicial José Silva.

Todos os arguidos do processo encontram-se em liberdade e os dois funcionários judiciais continuam a trabalhar no tribunal de Guimarães. ●